

O OBJETO INDIRETO NULO NO PORTUGUÊS BRASILEIRO*

Sonia Maria Lazzarini Cyrino
UEL

Introdução

No português brasileiro (doravante, PB), muito se tem falado sobre o objeto *direto* nulo. A ocorrência do objeto *indireto* nulo, porém, não tem sido estudada - a alta incidência desses elementos no PB, no entanto, foi levantada em Dillinger et al. (1996). Nesse estudo, os autores também colocam a questão do estatuto sintático de “complemento” do objeto indireto, seguindo Dillinger (1991) e Perini (1989), que “salientam a dificuldade de se distinguir (por meios estruturais) entre objeto indireto (PP complemento) e adjuntos adverbiais preposicionados” (Dillinger et al. 1996: 317) e levantam a hipótese de que essa distinção tradicional seja de natureza não-sintática.

O objeto *indireto* pode ser fonologicamente nulo em línguas até mesmo como o inglês, dependendo do verbo. Inglês, como se sabe, não possui, porém, o objeto *direto* nulo.

Neste trabalho, apresento uma proposta para o objeto *indireto* nulo tanto do português como do inglês, assumindo a estrutura de Larson (1988) somente para certos

* Uma versão menor deste trabalho foi apresentada no XLIV Seminário do GEL, realizado em Taubaté, SP, de 23 a 25 de maio de 1996. Parte das reflexões aqui apresentadas estão em *Estudos Lingüísticos XXV - Anais do GEL*, p. 466-471, 1996.

Signum	Estudos da Linguagem	1	1998	35-54
---------------	----------------------	----------	------	-------

tipos de verbo. Esta proposta pretende, ao mesmo tempo, solucionar o problema da estrutura sintática do objeto indireto.

Em seguida, apresento os resultados de uma pesquisa acerca da ocorrência de elementos nulos pós-verbais no português brasileiro oral contemporâneo (Cyrino, no prelo), focalizando aqui o caso do objeto indireto nulo.

1. O objeto indireto nulo

Conforme dito acima, Dillinger et al. (1996), estudando os padrões de complementação do português falado, observam que o “fundo” sintático de nossa língua seria S V C0 (Sujeito - Verbo - Complemento), e apontam não somente para a ocorrência do objeto direto nulo, mas também para a alta incidência do “objeto indireto” nulo. Os autores também sugerem que os objetos indiretos que foram codificados no seu corpus como argumentos, poderiam, na verdade, ser reanalisados como adjuntos, seguindo Perini (1989) e Dillinger (1991). (Dillinger et al.: 28).

A ocorrência do “objeto indireto” nulo não foi ainda muito estudada em português brasileiro (PB). Na realidade, o que é denominado “objeto indireto” na gramática tradicional pode ser fonologicamente nulo em línguas até mesmo como o inglês, dependendo do verbo. Em (1a) abaixo, o objeto indireto nulo é possível; já em (1b) seria agramatical:

- (1) a. Did you receive a letter from your friend?
No, I received a card.
- b. Did you give a flower to your teacher?
*No, I gave an apple.

Signum	Estudos da Linguagem	1	1998	35-54
---------------	----------------------	----------	------	-------

Já o objeto *direto* nulo é impossível em ambas as sentenças, conforme mostra (2):

- (2) a. Did you receive a letter from your friend?
*No, I received from my aunt.
b. Did you give a flower to your teacher?
*No, I gave to my friend.

Em PB, contudo, tanto o objeto direto como o objeto indireto podem ser nulos nessas sentenças:

- (3) Você recebeu uma carta de seu amigo?
a. Não, recebi um cartão.
b. Não, recebi de minha tia.
(4) Você deu uma flor para sua professora?
a. Não, dei uma maçã.
b. Não, dei para a minha amiga.

É interessante notar que a possibilidade de objeto indireto nulo em inglês parece estar relacionada com a possibilidade ou não de DATIVE SHIFT. É conhecido o fato de que alguns verbos em inglês permitem essa operação, enquanto outros, não:

- (5) a. I received a letter from my friend
* I received my friend a letter.
b. I gave a flower to my teacher
I gave my teacher a flower.

Parece que a possibilidade de objeto indireto nulo só existe para verbos que NÃO permitem “dative shift”.

<i>Signum</i>	Estudos da Linguagem	1	1998	35-54
---------------	----------------------	---	------	-------

Tomando como exemplo os verbos apontados em Larson (1988), podemos verificar que essa generalização se verifica:

- (6) a. Did you donate money to charity?
(*Did you donate charity money?)
No, I donated jewelry.
- b. Did you distribute apples to children?
(*Did you distribute children apples?)
No, I distributed candies.

Se, por outro lado, olharmos também os verbos que permitem “dative shift” (de acordo com a gramática “COLLINS COBUILD English Grammar”), e que não podem ser usados intransitivamente, podemos verificar que a ausência do objeto indireto é impossível (7). Mais uma vez, o objeto *direto* nulo é totalmente impossível nesses casos (8):

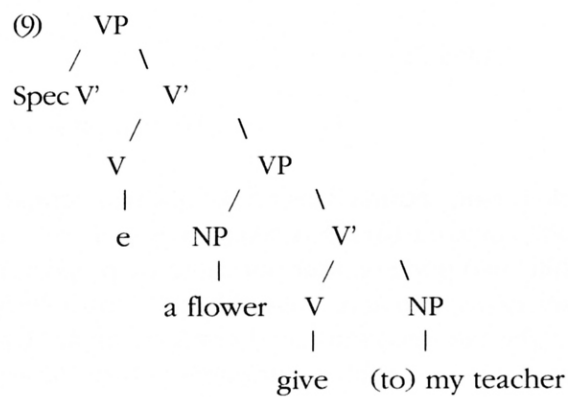
- (7) a. Did you advance some money to your daughter? (Did you advance your daughter some money?)
*No, I advanced some hope.
No, I advanced her some hope.
- b. Did you hand some candies to your friends? (Did you hand your friends some candies?)
*No, I handed some apples.
No, I handed them some apples.

- (8) Did you hand some candies to your children? (Did you hand your children some candies?)
*No, I handed ___ to my friends.
*No, I handed my friends ___.

Signum	Estudos da Linguagem	1	1998	35-54
---------------	----------------------	----------	------	-------

Em vista dessas observações, poderíamos verificar se haveria realmente uma relação entre os dois fenômenos.

Segundo Larson (1988), uma sentença com o verbo *give*, que permite o objeto duplo, teria a estrutura em (9). Larson argumenta que tanto *give my teacher a flower* como *give a flower to my teacher* têm a mesma estrutura subjacente:



Nessa estrutura o objeto indireto é interno a VP. Em PB poderíamos adotar a mesma estrutura para construções com dois complementos, ou seja, (10):

O objeto *direto* nulo do PB, segundo Cyrino (1994) é um caso de reconstrução em LF e elipse em PF (- um outro exemplo de reconstrução em LF e elipse em PF seria o caso da elipse de VP). Será que poderíamos considerar o objeto indireto nulo também como um caso de reconstrução em LF e elipse em PF? Gostaria de propor uma resposta afirmativa.

Os autores que estudaram a elipse de VP propõem que deve haver um “licenciador” para a seqüência inaudível (Zagona, 1982; Lobeck, 1987; Chao, 1987; Matos, 1992; Fiengo & May, 1994). Em inglês esse licenciador seria o INFL (13). Em português, seria, a grosso modo, o V em INFL (cf. Matos, 1992, Cyrino, 1994):

(13) John saw his mother but Peter **didn't**.

(14) João viu sua mãe mas Pedro não **viu**.

A questão de licenciadores para elipse está explicitada em um outro trabalho (Cyrino, 1998). Porém podemos adiantar que o objeto nulo do PB (reconstrução de DP), teria também o V como seu licenciador. O inglês não apresentaria o objeto direto nulo pelo fato de que o V não serve como licenciador de elipse nessa língua, pois o V não sobe para INFL.

Na proposta de Larson, o objeto *indireto* é complemento de V. Portanto, o objeto indireto também não poderia ser nulo em inglês. Porém, conforme vimos acima em (1b) e (6), essa afirmativa não se confirma. Assim, se assumirmos que objetos indiretos nulos também são resultados de reconstrução em LF, a estrutura de Larson poderia somente explicar o caso do complemento nulo de *certos*

verbos em inglês. Recorde que Larson propõe que a estrutura com objeto duplo é sempre como em (9), isto é, o objeto indireto sempre estaria sob VP. Então como explicar (1b) e (6)?

Duas alternativas de análise são possíveis. Para explicar o caso de verbos que permitem o objeto indireto nulo no inglês, como nos exemplos em (1b) e (6), poderíamos propor que:

a) é uma questão lexical, isto é, alguns verbos permitem o objeto indireto nulo, outros, não. Em outras palavras, certos verbos permitem que seus complementos permaneçam *implícitos*, como apontado em uma nota de rodapé em Larson (1988:358) para o caso do objeto *direto* (“tema”) em:

John wrote a long letter to his mother.
John wrote to his mother.

A questão seria verificar que tipo de papel temático poderia permanecer implícito no caso do objeto *indireto* nulo.

b) Ao contrário do que Larson propõe, a estrutura para os casos de objeto indireto nulo, ou seja, para os casos de verbos que não permitem “dative shift”, não é como (9).

Uma vez que parece haver uma relação entre possibilidade de “dative shift” e “objeto indireto” nulo, seria interessante investigar a segunda alternativa de análise. Seguindo a sugestão de Dillinger et al., proponho que alguns chamados “objetos indiretos” não estariam dentro do VP, nem em inglês, nem em português. Esses objetos

Signum	Estudos da Linguagem	1	1998	35-54
---------------	----------------------	----------	------	-------

indiretos seriam aqueles que não permitem “dative shift”, como em (1b) e (6). A explicação de Larson, em termos da preposição não ser redundante nesses casos, e, portanto, não poder ser absorvida, não seria necessária. Se fossem considerados como adjuntos, e não complementos, poderíamos explicar a possibilidade de não-realização desses objetos indiretos.

Por outro lado, a estrutura de Larson existiria somente para verbos que permitem “dative shift” (e não permitem objeto indireto nulo). Nesse caso, o objeto indireto não poderia ser nulo, pois em inglês o V não pode “licenciar” a elipse (não sobe para INFL - ver abaixo). A não-ocorrência de elipse (e reconstrução em LF) para objetos indiretos (e diretos) em inglês fica, assim, explicada.

Em PB, porém, V pode ser licenciador de elipse. No caso do objeto indireto nulo em sentenças do tipo (4a), repetida abaixo como (15a) em que a estrutura seria a proposta em Larson, o V licenciaria a elipse (e reconstrução em LF) (Recorde que a mesma é impossível em inglês, 15b):

- (15) a. Não, dei uma maçã.
b. *No, I gave an apple.

Os outros casos que permitem o “objeto indireto” nulo, verbos do tipo em (1) e (6), também ficariam explicados. Nesse caso, teríamos adjuntos, e não complementos de V.

Na análise em Cyrino (1994), a possibilidade de reconstrução de DP (e elipse em PF), no entanto, não depende apenas de um “licenciador”. Um outro aspecto a ser analisado é a verificação dos traços do antecedente na

ocorrência do objeto indireto nulo, para confirma a análise de reconstrução.

2. A ocorrência do objeto indireto nulo no PB

Passo agora a descrever os resultados em Cyrino (no prelo). Os dados desse estudo, dados do Projeto NURC, foram parte do corpus compartilhado do Projeto da Gramática do Português Falado.

Esses dados foram levantados a partir da codificação já feita por Dillinger et al. (1996). Os autores separaram os complementos nulos, e eu continuo a análise, distinguindo os diversos tipos de elementos nulos. No presente trabalho, focalizo minha análise para o objeto indireto nulo.

Assim, a tabela 1 mostra a distribuição desse fenômeno nas diversas regiões do país:

Tabela 1. Ocorrência de objetos indiretos nulos

REGIÃO	Obj. indireto nulo
SP	19 (24.7%)
RJ	19 (24.7%)
Salvador	4 (5.1%)
P. Alegre	25 (32.5%)
Recife	10 (13%)
TOTAL	77 (100%)

Quanto aos antecedentes do objeto indireto nulo, temos o seguinte resultado:

Signum	Estudos da Linguagem	1	1998	35-54
---------------	----------------------	----------	------	-------

Tabela 2. Antecedentes do objeto indireto nulo

ANTECEDENTE	N.	%
[-esp., +ani]	32	41.5
[-esp., -ani]	11	14.3
[+esp., -ani]	20	26
[+esp., +ani]	14	18.2
TOTAL	77	100

Nesse caso, os traços do antecedente apresentam-se bem distribuídos:

Tabela 3. Antecedentes do objeto indireto nulo

ANTECEDENTE	N.	%
[+específico]	34/77	44,1
[-específico]	43/77	55,8
[+animado]	46/77	59,7
[-animado]	31/77	40,3

Com relação à ocorrência de dois complementos nulos, podemos observar:

Signum	Estudos da Linguagem	1	1998	35-54
---------------	----------------------	----------	------	-------

Tabela 4. Antecedentes de complementos nulos em verbos que exigem dois complementos

	Objeto direto		Objeto indireto	
	N.	%	N.	%
[+esp., +animado]	1	5.3	0	0
[+esp., -animado]	9	47.4	1	5.3
[-esp., +animado]	2	10.5	15	78.9
[-esp., -animado]	7	36.8	3	15.8
TOTAL	19	100	19	100

Esse quadro é interessante, pois mostra que o objeto direto nulo é, na maioria das vezes, [-animado], seja ou não específico, quando temos dois complementos nulos, enquanto que o objeto indireto nulo nesse tipo de estrutura, ocorre com o antecedente [+animado], porém [-específico]:

Tabela 5. Antecedente de complementos nulos em verbos com dois complementos

	Objeto direto		Objeto indireto	
	N.	%	N.	%
[-específico]	9/19	47.4	18/19	94.7
[+específico]	10/19	52.6	1/19	5.3
[-animado]	16/19	84.2	4/19	21.1
[+animado]	3/19	15.8	15/19	78.9

Signum	Estudos da Linguagem	1	1998	35-54
---------------	----------------------	----------	------	-------

Na classificação dos verbos nas sentenças com dois complementos, observamos o seguinte: 3 sentenças ocorrem com com verbos do tipo “por” (dois complementos, um é circunstancial - seguindo Dillinger et al.):

- (16) ... porque eles ja **ajudam** bem; ... (D2SP)
...ah **ajuda** demais, ne? (D2SP)
... e ... uma coisa que eu nao me arrependi
foi ter botado ela com um ano e quatro
meses... quando eu **matriculei**... (DIDSAL)

Os outros 16 exemplos são de verbos bitransitivos, como nos exemplos:

- (17) ... **dizem**; (D2SP)
... agora, dias que não tem aula ele
pergunta... (D2SP)
... lá **vende** assim, por um preço baratíssimo...
(DIDSP)
... e **servem** como se fosse uma sopa e o
pato cozido ali dentro... (DIDSP)
... eles querem sempre, por mais que a gente
dê, eles querem sempre mais coisa, né?
(DIDSAL)

Já os resultados de tipo de verbo para objetos indireto nulos estão na tabela abaixo:

Signum	Estudos da Linguagem	1	1998	35-54
---------------	----------------------	----------	------	-------

Tabela 6. Tipo de verbo e objetos indiretos nulos

Tipo de verbo	Objeto indireto nulo	
	N.	%
classe POR	16	20.8
bitransitivos	45	58.4
transitivos	16	20.8
TOTAL	77	100

O estatuto do complemento vazio mostrou uma predominância para “pronomes vazios”. Essa codificação foi usada, seguindo Dillinger et al., mas sabemos que em muitos casos, o estatuto do elemento vazio não é “pronomes vazios” (c.f. discussão “pro” vs. “reconstrução” em Cyrino (1994) e também discussão sobre objeto indireto), mas é um elemento anafórico, com antecedente no discurso. Tendo esse “caveat” em mente, vejamos a tabela 7:

Tabela 7. Estatuto do objeto indireto nulo

Estatuto	Objeto indireto nulo	
	N.	%
pronomes vazios	75	97.4
elemento topical.	2	2.6
TOTAL	77	100

Quanto a papel temático do complemento vazio, temos a predominância de “meta/beneficiário” para o

Signum	Estudos da Linguagem	1	1998	35-54
---------------	----------------------	----------	------	-------

objeto indireto nulo. Nos verbos com dois complementos nulos, da mesma forma, a predominância foi “tema e meta” para o primeiro e segundo complementos nulos.

Observamos também a seguinte ocorrência de objeto indireto nulo vs. tipo de oração:

Tabela 8. Tipo de oração e objeto indireto nulos

Tipo de oração	Obj. ind. nulo	
	N.	%
matriz	53	68.8
complemento	3	3.9
adjunto	15	19.5
relativa	6	7.8
TOTAL	77	100

Nesse estudo, em que analisei a ocorrência de outros elementos nulos pós-verbais, pude observar que diálogos parecem favorecer o objeto direto nulo, enquanto que elocuições formais favorecem o objeto indireto nulo. Os números foram opostos: obtive 100 (65.4%) objetos diretos nulos, e 53 (34.6%) objetos indiretos nulos em diálogos (DID e D2), enquanto que para elocuições formais, os números foram 14 (36.8%) objetos diretos nulos e 24 (63.2%) objetos indiretos nulos.

Como pudemos observar através da tabela 1, a distribuição dos objetos indiretos nulos é semelhante entre as várias regiões do país.

Há também uma distribuição semelhante entre os traços [animacidade] e [especificidade], como mostra tabela 3. Há, porém, uma maior incidência (41.5%) de objetos indiretos nulos com o traço [-específico, +animado] (c.f. tabela 2). Esse resultado está de acordo com minha sugestão acima de que seria possível a elipse do objeto indireto se este estiver dentro do VP. Nesse caso, seria interessante observar se o traço do objeto indireto complemento de V é [-específico]. Conforme argumento em Cyrino (1994), esse traço está presente em objetos nulos que ocorrem ilhas no PE, razão pela qual proponho que esses também são resultado de reconstrução em LF. Em outras palavras, o traço [-específico] em PB levaria à possibilidade de reconstrução de DP em LF e elipse em PF, se houver um V licenciando aquela posição.

Ao observar esse aspecto com o verbo *dar*, por exemplo, para comparar com *give* do inglês, dos três exemplos que encontro dois têm o antecedente do objeto indireto com o traço [-específico]:

- (19) a. quer dizer que **dá** trabalho (D2SP)
b. Então eu posso **dar** um conceito de liberdade (EFPA)

O outro exemplo é:

- (20) quando eu **dava** comida na boca (DIDSP)

e o antecedente é a filha da informante. Neste caso, porém, dar comida seria equivalente a alimentar (*feed*, em inglês), e a estrutura poderia já não ser a mesma.

<i>Signum</i>	Estudos da Linguagem	1	1998	35-54
---------------	----------------------	---	------	-------

A estrutura de Larson (1988), e, portanto, a possibilidade de elipse/reconstrução ocorreria com certos verbos; com outros, como vimos a estrutura seria diferente, e o estatuto do objeto indireto seria o de um adjunto (segundo Dillinger et al.).

Ao considerar a ocorrência de objetos indiretos nulos, observei que a maioria ocorreu ocorrem com o verbo (bitransitivo) *dizer*, como nos exemplos em (21):

- (21) a. se tem aula ele **diz**: “droga estou com sono quero dormir eu tenho dor disso dor daquilo” (D2SP)
b. quando eu **disse** ainda há pouco pra decifrar-se (D2 RE)

Esse verbo pode ocorrer com objeto indireto nulo, mesmo em inglês (32a), e não ocorre com “dative shift” (22b):

- (22) John said something to Mary.
a. John said something.
b. *John said Mary something.

No caso de dois complementos nulos, a ocorrência do objeto indireto nulo com o traço [-específico, +animado] é muito grande (78.9%) (tabela 4). Aliás, como já ressaltado acima, a tabela 5 mostra que quando dois complementos são nulos, a maioria dos objetos indiretos nulos ocorre com antecedentes [-específico].

Os exemplos com dois complementos nulos, verbos bitransitivos, como em (17) acima, mostram objetos indiretos nulos que poderiam ter o estatuto de adjunto ou não,

<i>Signum</i>	Estudos da Linguagem	1	1998	35-54
---------------	----------------------	---	------	-------

pois também ocorrem com verbos em estruturas que poderiam ser consideradas como a proposta em Larson (1988).

Uma outra observação que me parece interessante é o fato de que objetos indiretos nulos são favorecidos em elocuições formais e não em diálogos, ao contrário do que ocorre com os objetos diretos nulos. Essa constatação pode sugerir que o objeto direto nulo tem um caráter mais anafórico do que o objeto indireto nulo, o que também reforça a idéia de “adjunto” para certos objetos indiretos.

Conclusão

O objetivo deste estudo foi entender melhor a ocorrência do fenômeno “objeto indireto nulo”, principalmente como ele ocorre em dados do português oral do Brasil. Embora uma possível análise da estrutura sintática do objeto indireto foi avançada (outros estudos, entre eles, Scher, 1996, apontam outras alternativas), destacou-se a importância de estudos futuros que melhor descrevam o fenômeno. Os resultados até agora obtidos parecem confirmar a sugestão levantada em Dillinger et. al. acerca do estatuto dessa categoria, e a existência de certos objetos indiretos nulos como resultado de reconstrução e elipse.

Referências bibliográficas

CHAO, W. (1987) *On Ellipsis*, tese de doutorado, University of Massachusetts, reproduzida por Graduate Linguistics Student Association, University of Massachusetts, Amherst, MA, EUA.

Signum	Estudos da Linguagem	1	1998	35-54
---------------	----------------------	----------	------	-------

- CYRINO, S. M. L. (1994) *O Objeto Nulo no Português do Brasil: um estudo sintático-diacrônico*, tese de doutorado, publicada em 1997, Londrina, Editora da UEL.
- (1998) “A categoria INFL no português brasileiro”, trabalho apresentado no XLVI Seminário do GEL, Unesp - São José do Rio Preto.
- (no prelo) “Ocorrências de elementos nulos pós-verbais no português oral contemporâneo”, trabalho apresentado no IX Seminário do Projeto da Gramática do Português Falado, realizado no Hotel Leão da Montanha, Campos do Jordão, SP, de 4 a 9 de dezembro de 1995, a ser publicado no vol. VII da série *Gramática do Português Falado*.
- DILLINGER, M. (1991) “A interpretação do objeto indireto em Português” *Anais do XXXIX Seminário do GEL*, 410-417. Franca: UNIFRAN.
- , et al. (1996) “Padrões de complementação no português falado” in M. Kato (org.) *Gramática do Português Falado*, vol V, Campinas: Editora da UNICAMP.
- FIENGO, R. & R. May. (1994). *Indices and Identity*, Cambridge, MIT Press.
- LARSON, R.K. (1988) “On the Double Object Construction” *Linguistic Inquiry* 19(3): 335-391.
- LOBECK, A. (1987) *Syntactic Constraints on Ellipsis*, tese de doutorado, University of Washington, reproduzida por Indiana University Club, Boomington, Indiana, EUA.
- MATOS, M. G. A. P. (1992) *Construções de Elipse de Predicado em português - SV Nulo e Despojamento*, tese de doutorado, Universidade de Lisboa, Portugal.
- PERINI, M. (1989) *Sintaxe Portuguesa*. São Paulo: Ática.

Signum	Estudos da Linguagem	1	1998	35-54
---------------	----------------------	----------	------	-------

SCHER, A. P. (1996) *Construções com objeto duplo no português da Zona da Mata*, dissertação de mestrado, UNICAMP.

ZAGONA, K. (1982) *Government and Proper Government of Verbal Projections*, tese de doutorado, University of Washington, EUA.

Signum	Estudos da Linguagem	1	1998	35-54
---------------	----------------------	----------	------	-------